



COMPANHIA ORIENTAL PORTUGUEZA
PORTUGUESE EAST INDIES COMPANY

PORTUGUESE EAST INDIES COMPANY CONFERENCES SERIES

A Cooperação de Defesa da CPLP e a presença militar Chinesa em África

The CPLP cooperation in Defence and the military presence of China in Africa

Lisboa, 04 de Março de 2021

Luís Manuel Brás Bernardino

Tenente-Coronel de Infantaria do Exército Português com o Curso de Estado-Maior, Mestre em Estratégia e Doutoramento em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa. Investigador do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL). Especialista em Segurança e Defesa em África, nomeadamente sobre a Cooperação de Defesa na CPLP.

bernardino.lmb@hotmail.com

cei_iscte
Centro de Estudos
Internacionais

Resumo

A cooperação na área da Defesa no quadro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é atualmente umas das áreas mais dinâmica e melhor organizada no seio da Organização, assistindo-se, desde o seu início, a um crescimento consolidado assente no reforço de uma cooperação bilateral e que pretende contribuir para o reforço da operacionalidade das Forças Armadas dos Estados-membros e ampliar a cooperação no quadro multilateral nos contextos de inserção regional, constituindo-se, potencialmente, como um produtor de segurança e tendo como objetivo para o futuro reforçar a relevância e a presença na segurança em África. Neste contexto, uma cooperação bi-multilateral para o futuro na CPLP implica um reforço da cooperação estratégica com os principais países e organizações presentes em África...nomeadamente com a China. Importa assim neste contexto descobrir quais são as principais oportunidades e os desafios que essa cooperação pode implicar para a Comunidade em prol do futuro da segurança em África.

Abstract

The cooperation in Defence within the framework of the Community of Portuguese-Speaking Countries (CPLP) is currently one of the most dynamic and best organized areas within the Organization, seeing, since its inception, consolidated growth based on the strengthening of bilateral cooperation and which aims to contribute to strengthening the operationality of the Armed Forces of the Member States and expanding cooperation in the multilateral framework in the context sums of regional integration, constituting a safety producer and with the aim of strengthening security relevance and presence in Africa in the future. In this context, bi-multilateral cooperation for the future in the CPLP implies a strengthening of strategic cooperation with the main countries and organization's present in Africa... like China. It is therefore important in this context to find out what are the main opportunities and challenges that such cooperation may entail for the future of the Lusophone Community and to the security in Africa.

Link para acesso à Conferência:

<https://www.youtube.com/watch?v=EqLqJATkx6s>



A cooperação de Defesa da CPLP e a presença militar Chinesa em África

Introdução

Quando pensamos no nosso imaginário da cooperação global à luz das novas correntes das Relações Internacionais sobre um projeto de cooperação na área da Defesa entre a República Popular da China e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), parecem-nos irrealista e quase improvável, mesmo quando existe uma relação linguística de base comum num dos últimos territórios Ex-Portugueses onde a Língua Portuguesa ainda está viva – Região Administrativa Especial de Macau.

Assim, o que nos propomos abordar nesta conferência é, tendo por base estas duas peças do xadrez securitário em África, ver de que forma a República Popular da China e a CPLP podem estabelecer parcerias ou tentar uma estratégia de aproximação na vertente da Defesa, tendo como base a cooperação estratégica bi-multilateral para o desenvolvimento e segurança no continente Africano, nomeadamente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A cooperação de Defesa da CPLP. Da Construção à Consolidação

A CPLP¹ foi criada a 17 de julho de 1996 em Lisboa (único país que detinha embaixadas dos sete países fundadores) sendo atualmente formada por nove Estados-membros depois da adesão de Timor-Leste (20 de maio de 2002) e mais recentemente da Guiné Equatorial (23 de julho de 2013).

A Comunidade possui uma abrangência geográfica expressiva, estando representada em quatro continentes e sendo constituída por cerca de 350 milhões de pessoas que têm o Português como idioma oficial nos seus Estados-membros. Paradoxalmente, ao abranger quatro continentes e sendo banhada por três oceanos, a Comunidade possui diferentes características geográficas, políticas, religiosas e até sociais, o que exige uma profícua avaliação e até alguma flexibilidade no tratamento das questões securitárias complexas, nomeadamente como os temas afetas à cooperação inter-Estados e entre-Estados e Organizações na temática da Defesa Nacional e do apoio à formação das Forças Armadas.

¹ www.cplp.org

O professor Adriano Moreira caracteriza a CPLP na sua génese, como um grupo social único, ligado por uma língua comum, identificado em termos de vida e interesses comuns, de cooperação e interação entre os seus integrantes para a realização de interesses comuns. Neste contexto, a criação de protocolos, mecanismos e instrumentos que reforcem a cooperação e unifiquem os Estados-membros contribui para o aprofundamento da cooperação estratégica, e funciona como reforço da sua identidade própria como expoente máximo da cooperação lusófona global.

Nesse sentido, no seio da Comunidade, a cooperação na área de Defesa surgiu não oficiosamente em 1998 (no ato constituinte a cooperação na área da Defesa não constava das seis áreas inicialmente definidas para a criação da Comunidade), tendo sido oficialmente regulamentada apenas em 2006, com a assinatura, na cidade da Praia, em Cabo Verde, do Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD). O Protocolo estabelece os três objetivos específicos da cooperação de Defesa na Comunidade, que são: (i) a criação de uma plataforma comum de partilha de conhecimentos em matéria de Defesa Militar; (ii) a promoção de uma política comum de cooperação nas esferas de Defesa e Militar; e (iii) a contribuição para o desenvolvimento das capacidades internas com vista ao fortalecimento das Forças Armadas dos países da Comunidade.

Após 1998, com o decorrer dos anos, a designada “Arquitetura de Defesa da CPLP” foi sendo desenvolvida, e passada a fase da construção que vigorou, em nossa opinião, até finais de 2006, encontra-se atualmente numa fase de consolidação, e estando organizada em três pilares distintos:

O pilar Institucional, de carácter não permanente, de nível político-estratégico e onde são tomadas as principais decisões relativas à evolução da cooperação de Defesa, incluindo: (i) as Cimeiras de Chefe de Estado, que se realizam rotativamente pelos Estados-membros de 3 em 3 anos, (ii) as Reunião anuais de Ministros de Defesa Nacional (MDN), (iii) dos Chefes de Estado-Maior-General das Forças Armadas (CEMGFA), (iv) de Diretores de Política de Defesa Nacional (DPDN), (v) de Diretores dos Serviços de Informações Militares (DSIM) e futuramente a (vi) Reunião de Inspetores Gerais de Defesa Nacional (IGDN), onde são acordadas e emanadas as principais orientações político-estratégicas, e definido o quadro de atividades estratégico-operacional.

Um segundo pilar, Organizacional, assente em estruturas de carácter permanente (ou semipermanente), de nível estratégico-operacional e que se relaciona especialmente com a condução das iniciativas da cooperação de Defesa aprovadas no nível superior, incluindo nomeadamente: o (vii) Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa (SPAD), sediado em Lisboa, e que é o órgão coordenador e dinamizador de toda a atividade de cooperação na área da Defesa da Comunidade, o (viii) Centro de Análise Estratégica da CPLP (CAE/CPLP), sediado em Maputo (Moçambique) com uma rede de Núcleos Nacionais

Permanentes (NNP) em todos os países da Comunidade e que constitui o órgão principal de reflexão estratégica no seio da Comunidade, levando a efeito iniciativas que proporcionam uma reflexão estratégica sobre os temas ligados à cooperação de Defesa na Comunidade, (ix) os Exercícios Militares da série “Felino”, desenvolvidos anualmente desde 2000 sob a forma de exercícios no terreno (FTX) ou de planeamento e simulação na carta com apoio de sistemas informáticos (CPX), e que visam aumentar a interoperabilidade entre as Forças Armadas dos Estados-membros para além de contribuir para o desenvolvimento de capacidades no seio destas Forças Armadas, o (x) Simpósio das Marinhas da CPLP, iniciados em 2008 e que se vocaciona para a segurança marítima e a componente naval da cooperação de Defesa, (xi) o recente Colégio de Defesa da CPLP que visa ensinar os temas da cooperação de Defesa e da Comunidade, criado em 2017; o (xii) o Fórum da Saúde Militar, com o objetivo de refletir e coordenar práticas médicas e apoio sanitários entre os Estados, e (xiii) os Jogos Militares das CPLP, uma espécie de campeonato desportivo militar entre Forças Armadas dos Estados-membros da Comunidade que nunca teve muita adesão.

Um terceiro pilar, Legislativo, onde constam os principais instrumentos legais ou reguladores que regem a cooperação de Defesa da organização. Neste quadro emerge desde logo (xiv) o Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa (2006) que se encontra em revisão, sendo atualmente o principal instrumento jurídico que rege a cooperação de Defesa na Comunidade, definindo os principais órgãos e atividades da arquitetura de Defesa e (xv) a Estratégia para os Oceanos da CPLP (2010), que não sendo elaborada na área da Defesa tem um impacto nesta área da cooperação. Depois surge, em linha com um pensamento de futuro, a (xvi) Identidade de Defesa da CPLP (2015) e o (xvii) Documento Estratégico de Cooperação da CPLP (2020-2026) (2019), onde se abrem novos espaços para a cooperação e indicam-nos o caminho, por um lado, da consolidação da estrutura organizacional de Defesa, e por outro, dão-nos orientações estratégicas para um reforço da cooperação na área de Defesa, abrindo assim espaço para a criação de uma cooperação com outros atores regionais e globais, nomeadamente com a República Popular da China, o que pode ser vista como um novo desafio no seio da cooperação de Defesa na CPLP.

A presença militar Chinesa em África

A República Popular da China é reconhecida, por muitos especialistas, no atual quadro das relações Internacionais, como um ator global. A China emergiu recentemente, em resultado da sua política externa designada de “*Going Out*”, lançada oficialmente em 2001 e mais concretamente desde 2013, após a apresentação da sua estratégia de conectividade global designada por “*Belt and Road Initiative*”, como um importante ator económico, político, diplomático, mas também de segurança, em África.

A presença de cidadãos chineses e de interesses económicos em África tem crescido substancialmente desde 2001 devido à expansão do comércio da China com os Estados Africanos (e organizações), financiando projetos relacionados com a construção de infraestruturas e estabelecendo acordos económicos de parceria estratégica de médio-longo prazo. Esta parceria está assente quase sempre no fornecimento à China de recursos naturais estratégicos, tais como o petróleo, o gás natural ou a aquisição de terrenos para produção agrícola, contribuindo sobremaneira para a economia Africana e cada vez mais, como iremos ver, para a segurança regional e continental.

Atualmente, em África, muitos países e organizações regionais estão envolvidos em conflitos armados intraestatais, e são assolados por fenómenos de terrorismo jihadista, tráfico ilegal diverso e banditismo ou pirataria marítima ao largo das suas costas, sendo cada vez mais comuns um sentimento de insegurança regional. Podemos até, sem exagero, afirmar que a conflitualidade no continente Africano é um problema que ultrapassou a dimensão regional ou continental e passou a ser um problema global, com impacto na economia mundial. Neste contexto, o aumento do número de ataques violentos contra trabalhadores e interesses Chineses em África, levou à tomada de consciência da comunidade Chinesa (e dos dirigentes políticos) para uma necessária proteção, associada à conseqüente perda económica que estes raptos e incidentes de segurança originam. Estes são assim alguns dos principais fatores que persuadiram o Governo Chinês a reagir e a apostar num reforço da segurança dos seus cidadãos e dos seus interesses económico-financeiros em África.

A República Popular da China passou assim, num lapso de cerca de uma década, de um não-envolvimento intransigente para um envolvimento seletivo e incremental na cooperação bilateral, regional e internacional em matéria de paz e segurança. Nomeadamente através da criação de programas de cooperação e assistência bilateral e multilateral integrados no “novo” quadro de Política Externa de Defesa, mantendo, contudo, o princípio intransigente da não interferência nos assuntos internos dos países estrangeiros, que tem feito da China durante décadas um ator neutral em matéria de segurança em África.

A publicação em 2019 do designado “Livro Branco da Defesa da República Popular da China”² confirma, na senda de outras publicações que se seguiram a 2001, que os interesses da China no exterior estão “...ameaçados por ameaças à segurança internacional e regional...”, afetando uma parte crucial dos interesses nacionais do país em África. Além disso, o artigo 71.º da Lei de Combate ao Terrorismo da China (2015) prevê que as Forças de Segurança Chinesas participem em missões de combate ao terrorismo no estrangeiro, estando sujeitas, à aprovação do país anfitrião. O princípio da política externa da China de não ingerência nos assuntos internos dos países estrangeiros tem sido, contudo, mais recentemente, aplicado

² O Livro Branco da Defesa da República Popular da China (2019) designa-se por “China's National Defense in the New Era”. Disponível em: [http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm].

de forma mais flexível, caso a caso, para permitir um envolvimento chinês "construtivo" na procura de soluções Africanas para problemas Africanos.

Segundo este novo paradigma, a China tem prosseguido uma abordagem estratégica assente em dois grandes vetores: primeiro, para defender os seus interesses económicos e de segurança e numa segunda linha para expandir a sua influência em África e consequentemente no mundo. Assim, a República Popular da China vem contribuindo para as estruturas e instrumentos multilaterais existentes para promover a paz e a segurança global, tais como a participação em missões de manutenção da paz lideradas pela ONU para África e na ação de contra-pirataria ao largo do Corno de África, perfazendo em junho de 2020 o empenhamento de cerca de 2530 militares e o envolvimento direto em 5 das 7 missões de paz em África levadas a efeito pela Organização das Nações Unidas (ONU).

O envolvimento crescente da China em operações de paz em África forneceu também o pretexto para acelerar a construção da designada “Marinha de Águas Azuis”, para poder estar mais presente no Oceano Índico e no Oceano Pacífico, tendo estabelecido a sua primeira base militar ultramarina em 2017, no Djibuti, precisamente em África. Por outro lado, alargou a sua presença militar envolvendo bilateralmente os países Africanos através da realização de exercícios militares conjuntos, reforçando a formação e assessoria militar, estabelecendo protocolos para o fornecimento de sistemas de informação ligado à cibersegurança, reforçou a venda e doação de material bélico e estabeleceu programas de construção de infraestruturas militares que têm garantido um reforço da cooperação de defesa com praticamente todos os Estados Africanos. A vertente bilateral está reforçada multilateralmente através da relação cada vez mais privilegiada e estratégica, com a União Africana (UA) e as Organizações Regionais Africanas (ORA), através do recém-criado Fórum China-África para a Segurança (tendo sido realizado até ao momento sete fóruns) combinando as duas numa abordagem bi-multilateral estratégica.

Contudo, já em 2000, a China tinha iniciado uma relação estratégica com África no âmbito da sua política externa criando o “Fórum sobre a Cooperação China-África” (FOCAC), uma conferência ou cimeira ministerial trienal de alto-nível que reúne os líderes e empresas Chinesas (sob a liderança do Ministério dos Negócios Estrangeiros) e os líderes dos países Africanos que aderiram à política Chinesa, para um diálogo estruturado sobre as áreas políticas, tendo contudo, ao longo dos 20 anos, sido alargado significativamente o seu âmbito e relevância estratégica da cooperação Económica e Diplomática para uma cooperação de Segurança e Defesa com África.

Embora esta plataforma de diplomacia regional aparentemente multilateral tenha servido principalmente como um instrumento para a China tornar as relações bilaterais mais eficientes do que para fazer acordos multilaterais. O FOCAC tem aumentado consideravelmente a visibilidade da China como fornecedor de alternativas para a



governança global e teve um importante efeito de “choque” nos poucos países Africanos que ainda tinham laços diplomáticos com Taiwan, incluindo São Tomé e Príncipe, que viria a restabelecer a ligação diplomática com a República Popular da China em 2016.

Atualmente, a FOAC cobre praticamente todo o continente Africano e relaciona-se com Estados e Organizações. A China tem embaixadas em 50 Estados Africanos e está representada em todas as Organizações Regionais Africanas, norteando as relações da China com a União Africana e as comunidades económicas regionais, pois esta cooperação tornou-se cada vez mais institucionalizada. Este quadro de referência permitiu criar oportunidades para alinhar a China e a África com normas e acordos de âmbito bi-multilateral, resultando numa parceria estratégica com as Organizações e os Estados Africanos, envolvendo várias áreas da cooperação, nomeadamente a económico-financeira e a de segurança e defesa inscrito no Plano de Ação 2019-2021.

No contexto do apoio à segurança em África e sabendo que a União Africana não tinha capacidade para lidar com os vários conflitos que surgiam um pouco por todo o continente, nomeadamente devido à falta de meios financeiros e logísticos (entre outras fragilidades, associada com o planeamento e coordenação e ainda o transporte estratégico para projeção de forças) das suas forças militares, a China começou a intensificar o apoio financeiro-logístico a diferentes componentes da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (APSA), nomeadamente reforçando as capacidades militares para a gestão de conflitos da Força Africana de Prontidão e da Capacidade Africana de Resposta Imediata às Crises.

A República da China, nos últimos anos, chegou a anunciar nas reuniões da FOAC montantes elevados de assistência militar que variavam entre 60 milhões e 100 milhões de dólares americanos ao longo de três ou cinco anos, constituindo-se como um dos principais contribuintes financeiros para as Operações de Paz de Africanos em África, muito ao jeito da sua linha ideológica de apoiar soluções Africanas para problemas Africanos e não interferindo diretamente nos problemas securitários.

No que diz respeito à intervenção propriamente dita a China tem uma presença militar tanto na vertente continental como nas suas costas (mais ligada ao Oceano Indico). Esta ligação entre as duas vertentes do envolvimento militar da China foi facilitada com a criação da base naval no Djibuti (2017), num contexto de maior empenhamento da China em África, podendo ser dividido em contribuições para a manutenção da paz, nomeadamente a diplomacia e mediação persuasivas liderada pela ONU (envolvendo militares, policias e civis no quadro das Operações de Paz sobre a égide da ONU), e várias formas de cooperação “militar-militar”. Esta cooperação técnico-militar envolve programas de assistência militar, que pode incluir treino militar, consultoria, fornecimento de material e formação em áreas específicas, para além do apoio em sistemas de comunicação, sistemas não tripulados e

fornecimento de serviços e tecnologia ligada com a aquisição de informações por via das indústrias de Defesa Chinesas.

Neste contexto, atualmente, as forças de manutenção da paz, maioritariamente forças terrestres, por via do *People Liberation Army* (PLA), as Forças Armadas Chinesas, estão destacadas em cinco das sete operações de paz da ONU em África (das 14 missões da ONU em todo o mundo), constatando-se que a China duplicou o envio de soldados da paz numa década, estando a maioria dos quais destacados em África.

Em julho de 2020, a China ocupava o 11º lugar em termos de contribuições das tropas para todas as missões da ONU com um total de 2.534 militares e polícias, e é o maior contribuinte de tropas entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU. Nos últimos anos, a República Popular da China, reforçou o seu contributo para o orçamento das operações de manutenção da paz da referida organização, representando cerca de 10,5 % do orçamento do Departamento das Operações de Paz (DPKO) das Nações Unidas, estando em segundo lugar depois dos EUA (28,5 %); a UE está à frente de ambos os países, representando coletivamente cerca de 32,5 % e constituindo-se no principal financiador das operações de paz no mundo.

Na dimensão bilateral, que constitui ainda o vetor primordial da cooperação de Defesa em África, assistimos na última década a um aumento significativo dos exercícios militares conjuntos e das visitas a portos da Marinha Chinesa, nomeadamente desde a participação da China na operação anti-pirataria liderada pela ONU ao largo do Corno de África, em que as visitas portuárias da Marinha Chinesa aos países Africanos a partir da base naval no Djibuti tornaram-se cada vez mais frequentes.

Em 2014, as unidades das Forças Armadas Chinesa realizaram os seus primeiros exercícios conjuntos com a Tanzânia e em 2018, as forças navais anti-pirataria da Marinha Chinesa visitaram portos nos Camarões, Gabão, Gana e Nigéria, tendo realizado os primeiros exercícios navais conjuntos com esses países. No futuro, a China pretende também realizar exercícios conjuntos de luta contra o terrorismo com os países Africanos, através da participação de exercícios conjuntos no âmbito da Organização de Cooperação de Xangai. Aspeto que na atual problemática de cabo Delgado (Moçambique) faria eventualmente sentido pensar num quadro bi-multilateral de cooperação de Defesa.

No sentido de propulsionar a cooperação militar, a República Popular da China fornece regularmente e numa escala crescente, vários tipos de formação e treino militar, tanto nas academias na China como em África, contribuindo para a operacionalização e capacitação das Forças Armadas Africanas. A formação militar Chinesa em África segue uma lógica de procurar garantir "paz através do desenvolvimento", contribuindo para que haja uma

A Cooperação de Defesa da CPLP e a presença militar Chinesa em África - Luís Bernardino

redução dos conflitos e da insegurança e se consiga um ambiente propício ao desenvolvimento e à realização de negócios.

Segundo esta estratégia a China tem patrocinado a formação das Forças de Segurança Africanas e Forças Armadas, apelado aos governos para que estas garantam a proteção dos cidadãos e dos interesses económicos chineses. O que nem sempre tem acontecido. Esta imobilidade levou não só a um reforço da presença de militares Chineses em África, como à contratação de empresas privadas de segurança que garantem a segurança dos interesses económicos, das rotas comerciais, e da proteção próxima aos cerca de 1 milhão de cidadãos Chineses a trabalhar e nas quase 10.000 empresas que laboram atualmente no continente Africano.

Assim, a presença dos designados “*security contractors*”, empresas de segurança Chinesas que respeitando o princípio da não ingerência têm se afirmado no contexto securitário Africano visam colmatar, por um lado, as falhas dos governos Africanos que não conseguem garantir a segurança das empresas e trabalhadores Chineses, e por outro lado reforçam a cooperação e a influência em África, resultando num contributo direto para a Economia de Defesa e uma fonte de emprego para os cerca de 50 milhões de militares reservistas das PLA que são integrados nestas empresas de segurança semi-estatais. O emprego destas empresas de segurança são assim um complemento à estratégia securitária Chinesa em África beneficiando a segurança regional (e dos Estados com quem cooperam) e beneficiando-se a si pelo nível de negócios e de receitas na área da Economia de Defesa que são capazes de gerar.

No futuro, pensa-se que esta matriz multifacetada e bi-multilateral, de se empenhar na construção da segurança em África como fator de paz e de proteção ao desenvolvimento (beneficiando o ambiente de negócios), irá continuar e eventualmente reforçar-se. Neste contexto, a construção de parcerias para a segurança é uma opção estratégica e o envolvimento com novos parceiros uma opção também viável. Será a CPLP um desses parceiros que complementando a cooperação bilateral, já existente, irá possibilitar outro nível de cooperação estratégica para a Segurança e Defesa em África?

A possível cooperação de Defesa entre a República Popular da China e a CPLP

Como sabemos a cooperação institucional multilateral na vertente da Defesa entre a República Popular da China e a CPLP, como organização, não existe, embora ao nível da cooperação bilateral todos os países da Comunidade tenham uma cooperação militar de Defesa com a China, com especial destaque para os PALOP, com especial destaque para a República de Angola, que tem efetivamente um estatuto especial ao nível da cooperação de Defesa.

Este aspeto singular não quer dizer que não se possa pensar nas oportunidades que existirão no futuro estabelecer uma cooperação ou parceria com a China na vertente da Defesa da CPLP, reforçando e melhorando o que se faz em termos bilaterais. Aliás, como vimos a cooperação bi-multilateral é uma forma de tornar estas cooperações estratégicas e aposta numa maior dinâmica e proatividade...com ganhos aparentes para todos...

A Língua Portuguesa pode ser um elemento que inicialmente inibe ao conhecimento, mas por via da Região Administrativa Especial de Macau pode (e deve) ser um vetor de entendimento e de aproximação, embora saibamos que os assuntos de Defesa e Diplomáticos (de política externa) estão condicionados a Beijing. Neste contexto, torna-se necessário que a República Popular da China queira entender a cooperação de Defesa e é preciso que a CPLP se promova nesta dimensão. Talvez muito por via do CAE/CPLP na partilha de um pensamento estratégico de Defesa, na análise às crises e conflitos que proliferam no continente Africano, levando a efeito no curto prazo, seminários, publicações, realizando visitas e apoiando concretamente projetos de criação de saber sobre a área da Defesa. Estamos a lembrarmo-nos concretamente da edificação de uma biblioteca digital no CAE/CPLP que poderia ser interessante ter a República Popular da China como principal financiador.

Num médio prazo, eventualmente, seria relevante potenciar o que já é realizado na vertente da assessoria ou do treino militar bilateral, e propiciar uma partilha de experiências, meios, treino militar e de meios tecnológicos que de outra forma podem não estar disponíveis parece ser possível. Os Exercícios Militares da série “Felino” poderiam assim constituir como base de partilha de experiências, e no medio-longo prazo quando a componente naval deste exercício tiver maior expressão, o treino cruzado com meios navais Chineses poderia ser uma realidade. Isto tudo depende obviamente da vontade dos países e da abertura que estrategicamente possa ser considerada no seio da CPLP.

No longo prazo, e tendo em mente a eventual criação no âmbito do Mecanismo de Resposta da CPLP a situações de Catástrofes/Crises de uma força militar-civil de carácter humanitário, a inclusão de tropas (ou capacidades) Chinesas poderia ser uma boa solução para operacionalizar este mecanismo no futuro e dar-lhe maior grau de operacionalidade.

Estas propostas de iniciativas de curto, médio e longo prazo poderiam, em nossa opinião, levar a uma cooperação bi-multilateral de Defesa entre a República Popular da China e a CPLP. Uma cooperação que depende da capacidade da Língua Portuguesa ser vista como uma ponte para o conhecimento e não uma barreira, e que envolvendo Macau, pode resultar benéfico para a China e para a CPLP, que pretende constituir como um produtor de segurança nos contextos regionais de inserção e nas suas áreas de influência conjuntural...assim exista uma visão estratégica e uma decisão política consensual entre os Estados-membros.



Conclusões

A cooperação na área da Defesa entre a República Popular da China e a CPLP não sendo muito conhecida, talvez tenha saído através desta iniciativa, um pouco do imaginário para o concreto e talvez tenha sido possível identificar áreas de interesse com vista a uma possível cooperação de Defesa no futuro. A Língua Portuguesa será, em princípio, um elemento de ligação (essencialmente por via da Região Administrativa Especial de Macau) mas ao mesmo tempo um possível obstáculo. Torna-se assim necessário uma aproximação e um conhecimento mais concreto do que se fez nestes últimos 23 anos, e talvez mais importante neste contexto, o que se pretende fazer nos próximos 10 anos na cooperação de Defesa na Comunidade.

O reforço da presença chinesa nas questões da segurança em África e o conseqüente maior envolvimento no âmbito multilateral, a par de um reforço das parcerias estratégicas de Defesa com quase todos os países Africanos e com impacto direto nos PALOP, impelem a CPLP a refletir sobre a presença da China e o impacto que exerce na formação das Forças Armadas e nos sistemas securitários dos Estados-membro Africanos. E possivelmente à descoberta de parcerias que possam, de uma forma bi-multilateral, conduzir a um reforço da segurança regional em África, pois problemas complexos exigem parcerias estratégicas, e a parceria da CPLP com a República Popular da China (por via de Macau) deve ser vista, em nossa opinião, por ambos, como uma parceria estratégica.

Assim, a China deve apostar num envolvimento, no curto prazo, na reflexão estratégica do CAE/CPLP, no sentido de um maior conhecimento e partilha de experiência e de reflexão estratégica sobre os temas securitários em África com impacto global. Ou numa situação de médio prazo, envolvendo-se como observador ou participante (empenhando por exemplo meios navais) nos Exercícios Militares da série “Felino”. No longo termo, o envolvimento numa vertente civil-militar de empresas ou meios civis/militares Chineses numa Força de Assistência Humanitária no Mecanismo de Resposta a Catástrofes/Crises da CPLP (atualmente em discussão) pode contribuir para um reforço desta cooperação de Defesa, que por ora, nos parece algo improvável e quase impossível.

O futuro possivelmente nos dirá o contrário...



Bibliografia:

BERNARDINO, L. M.; AZEVEDO, F. D. (2015). A nova identidade da CPLP no domínio da Defesa: Impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal. Lisboa: Universidade Lusíada. Política Internacional e Segurança, 12, pp. 101 - 125.

BERNARDINO, L. M. (2016). Uma nova visão estratégica da Defesa para a CPLP. Lisboa: Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL).

BERNARDINO, L. M. (2019). A Defesa como vector da cooperação político-estratégica de Portugal em África. Contributos para uma Cooperação de Defesa. Lisboa: Revista Militar. [<http://www.revistamilitar.pt/artigo/1436.7-9>.]

CHINA WHITE PAPER (2019). China's National Defense in the New Era: Beijing. [http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm]

China's growing role as a security actor in Africa (2019). Briefing Parlamento Europeu. Bruxelas. [[https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI\(2019\)642_232_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2019/642232/EPRS_BRI(2019)642_232_EN.pdf)]

CONCEIÇÃO, M. d. (2016). Cooperação Geoestratégica e Multilateral de Defesa Nacional na CPLP: Desafios. Rio de Janeiro.

CPLP. (1996). Declaração Constitutiva CPLP. Lisboa, Portugal: CPLP.

CPLP. (2006). Protocolo de Cooperação Domínio da Defesa. Lisboa: CPLP.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA na República de Angola: <http://ao.chineseembassy.org/por/>

ESCORREGA, L. F. (2016). Duas décadas de CPLP: Retrospectiva e desafios da componente de Defesa. XIV Seminário Político-Diplomático do CAE/CPLP, pp. 1-8.

PRAZERES, F. (2019). O papel do Brasil no desenvolvimento de um pensamento comum em Segurança e Defesa na CPLP. Lisboa: Instituto Universitário Militar (IUM).

RIZZI, K. R.; SILVA, I. C. (2017). A CPLP como mecanismo de atuação do Brasil no Atlântico Sul: A ampliação da cooperação, os desafios e a possibilidade de liderança. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Africanos, 2(4), pp. 32-63. [<https://seer.ufrgs.br/rbea/issue/view/3434/showToc>]

SPAD. (2015). Regimento Interno do Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP. Lisboa